

ENTRE A CRISE E O COLAPSO O DESAFIO ONTOLÓGICO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O fracasso da Conferência Climática de Copenhaga não pode ser entendido como o final dramático de um processo diplomático, mas antes como um obstáculo num processo que deverá conduzir, desejavelmente em 2010, a um regime internacional vinculativo. Na verdade, a humanidade já perdeu a oportunidade de prevenir, pela raiz, as alterações climáticas. Interesses instalados, vistas curtas, incompetência política, e muita inércia moral e intelectual condenaram-nos - a nós e às gerações futuras - a uma experiência sem paralelo no passado histórico. O que se terá de decidir, depois de Copenhaga, nas reuniões de Bona e do México, é o nível de alterações climáticas que estamos dispostos a suportar. E como vão ser repartidos os respectivos custos e riscos. Mas, só poderemos compreender todas as implicações políticas e diplomáticas se compreendermos o significado mais profundo das alterações, isto é, a sua radical dimensão ontológica.

§1. A singularidade da crise ambiental. Há uma tendência, tanto na cultura erudita como na cultura popular, para banalizar o conceito de crise. Na verdade, já Hegel referia que só os períodos de tensão e luta constituem o objecto de que se alimenta a história universal. Pelo contrário, os momentos felizes, sem a marca dolorosa da crise, seriam páginas vazias da história¹. No plano da linguagem comum, por seu lado, o conceito de crise é semanticamente distorcido pelo seu uso e abuso em situações inadequadas, contribuindo, desse modo, para se perder a noção de alerta e perigo, prejudicando-se, com isso, a capacidade de destrição da singularidade e particularidade de cada situação crítica, bem como das medidas que seria conveniente adoptar.

As alterações climáticas são hoje a maior ameaça que se coloca à humanidade no seu conjunto, na medida em que, pela primeira vez desde que há memória histórica, a acção humana atingiu uma tal capacidade de alterar a estrutura profunda do Planeta, de modelar o frágil equilíbrio da sua complexa rede de

¹ “ A história universal não é o chão da felicidade. Os períodos de felicidade são nela páginas vazias.” (*Die Weltgeschichte ist nicht der Boden des Glücks. Die Perioden des Glücks sind leere Blätter in ihr*), Hegel, *Vorlesungen Über die Philosophie der Geschichte, Werke*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986, vol.12, p. 42.

sistemas – da atmosfera à hidrosfera, passando pela criosfera, litosfera e biosfera – que alguns cientistas proeminentes falam já da existência de uma nova, e provavelmente efémera, era geológica caracterizada por esse poderio plástico da humanidade, o *Antropocénico*².

Na verdade, para compreendermos as alterações climáticas temos de compreender a crise ambiental, que é o lugar conceptual onde ela ganha sentido. Com efeito, nem todas as crises são idênticas, e o facto de termos mergulhado numa complicada deriva económica que parece querer prolongar-se não nos deve fazer perder a capacidade racional de estabelecer critérios e determinar graus de grandeza e hierarquias de prioridade. Isso será evidente, se comparamos a presente recessão económica com a Grande Depressão, iniciada em 1929, e que se prolongou até à II Guerra Mundial.

No seu primeiro discurso inaugural, proferido em 4 de Março de 1933, o Presidente Franklin Delano Roosevelt traçou um doloroso e sombrio retrato do seu país, devastado pela pobreza, desemprego e desespero. Contudo, ele conseguia vislumbrar, no meio da amargura geral, uma fímbria de esperança: “A Natureza ainda nos oferece a sua abundância...” Muito recentemente, numa Conferência realizada em Nova Deli, tive a oportunidade de escutar as fortes e comoventes palavras de Anote Tong, o Presidente da República do Kiribati, um país insular disseminado por milhões de quilómetros quadrados do Pacífico central, fortemente ameaçado pela subida do nível médio das águas do mar. Ele apresentou-se, perante uma silenciosa assembleia desta forma: “Eu sou o Presidente de um país que está a desaparecer debaixo de água...”

Em 2010, tal como em 1933, o mundo está ameaçado por um profundo e vasto colapso económico e financeiro. Todavia, em 2010 já não podemos partilhar a esperança de Roosevelt. Hoje, a Natureza já não nos oferece as suas bênçãos, mas antes a sua reacção hostil, como resposta a décadas e séculos de agressão e abuso por parte da ganância e loucura humanas. Num planeta povoado já não por dois mil milhões de pessoas, como no tempo de Roosevelt, mas por quase sete mil milhões, a maior crise que se interpõe entre nós e um futuro sustentável não é, na sua essência, de natureza económica, mas sim a crise global do ambiente. Uma

² Crutzen, P. J., & Stoermer, E. F. (2000) – “The Anthropocene”, *Global Change Newsletter*. 41, pp. 17-18.

crise que se tornou visível para todos através dos cada vez mais numerosos eventos extremos associados ao processo de alterações climáticas.

§2. O que Copenhaga não resolveu. A reunião climática que decorreu entre 7 e 18 de Dezembro próximos, na capital dinamarquesa, tinha uma designação curiosa que poderá ter surpreendido alguns leitores, ela era a COP 15. Isso significa que não se trata de um evento único, mas sim a 15.^a Conferência das Partes, isto é, a reunião de todos os países que desde 1992 foram aderindo à Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla inglesa). Por exemplo, o famoso Protocolo de Quioto foi assinado no decurso da COP 3, realizada em Dezembro de 1997, na cidade japonesa com o mesmo nome. Importa pois perceber quais as razões que fizeram da COP 15 uma reunião tão diferente e decisiva?

Hoje sabemos mais do que o suficiente sobre o processo de alterações climáticas em que o nosso planeta se encontra mergulhado, para compreender a enorme gravidade da situação. Desde 1988, com a criação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa), constituiu-se a maior rede científica da história humana, concentrada sobre a troca e validação de informação sobre clima a nível mundial. Hoje existe um consenso esmagador sobre a realidade das alterações climáticas, As divergências que existem são apenas sobre o ritmo e o modo da sua expansão, bem como acerca dos meios para lhes oferecer combate.

Nos quatro relatórios já publicados pelo IPCC, bem como em centenas de estudos sectoriais de universidades e institutos de todo o mundo, ficámos a saber que o actual motor das alterações climáticas é induzido pela modificação humana da estrutura química da atmosfera, nomeadamente, pelo incremento das quantidades de dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), entre outros gases com efeito de estufa (GEE). O gás referencial é o CO₂, por ser o que maior impacto tem, mas também por ser aquele que aprendemos a medir com mais rigor.

Desde 1750, no início da utilização de combustíveis fósseis em larga escala, até Setembro de 2009, a concentração de CO₂ na atmosfera passou de 270 ppm (num milhão de partes da atmosfera, 270 eram constituídas por dióxido de carbono) para 384, 79 ppm! É

um aumento assombroso. Basta ter em conta que nos últimos 600 000 anos as variações do CO₂, oscilaram entre um mínimo de 180 ppm (nos períodos de glaciação, mais frios) e 300 ppm (nos períodos interglaciares, mais amenos). Se o mundo não conseguir mudar o seu paradigma civilizacional, baseado na libertação, pela sua queima, de carbono da litosfera (onde se esconde o carvão, o petróleo e o gás natural) para a atmosfera, poderemos chegar ao final deste século com uma concentração de CO₂ que será superior ao dobro do período pré-industrial...O aumento médio global da temperatura poderá atingir mais de 6.°C!

§3. As alterações climáticas fazem parte da crise do ambiente. Mesmo se, por magia, retirássemos da equação contemporânea as alterações climáticas, as perspectivas de sobrevivência da humanidade ao longo do próximo século seriam bastante complicadas e angustiantes. Estamos a perder diariamente a capacidade de carga dos ecossistemas, de que dependemos para viver com dignidade. A população humana continua a crescer num planeta que perde diversidade biológica, que erode ou esgota a produtividade dos solos aráveis, que contamina e desperdiça os recursos hídricos, que delapida o ambiente marinho, que continua, teimosamente, a depender de fontes energéticas não renováveis.

Mais do que qualquer outro tema da crise ambiental, as alterações climáticas evidenciam, com clareza, que todos partilhamos a mesma atmosfera (e o mesmo planeta). Somos obrigados a cooperar na sua gestão racional, se não quisermos sofrer todos as consequências da subida incontrolada da temperatura média, do nível dos mares, do incremento das catástrofes naturais, dos riscos de instabilidade social acrescida pela multiplicação dos refugiados ambientais, entre muitas outras nefastas consequências.

§3.1. Mitigar e Adaptar. Estas foram as duas matérias principais debatidas em Copenhaga. Através da mitigação procura-se diminuir as emissões de GEE. Isso ocorre de duas maneiras: ou diminuimos a intensidade energética do estilo de vida (exemplo: quando o leitor deixa o automóvel em casa e usa transportes públicos); ou usamos uma fonte energética com baixo ou nulo teor em carbono (a electricidade de origem solar ou eólica, por exemplo). Pela adaptação procuramos prepararmo-nos, como sociedade, para as mudanças inevitáveis que vão ocorrer, mesmo

se tivermos sucesso na mitigação. Isto é válido para todo o mundo, mas em particular para os países menos industrializados, que em quase nada contribuíram para a crise climática, mas se encontram entre as suas primeiras vítimas.

País	Emissões em Milhões de toneladas CO2	Percentagem das emissões globais	Emissões <i>per capita</i> em toneladas CO2	Lugar no Ranking das emissões <i>per capita</i>
EUA	5 891	21,4%	19,9	6. ^o
China	5 577	20,26%	4,3	70. ^o
UE (27)	4 102	14,9%	8,4	37. ^o
Rússia	1 568	5,7%	11	19. ^o
Brasil	352	1,28%	1,9	104. ^o
Portugal	67	0,35%	6,4	52. ^o
Moçambique	1,7	0,01%	0,1	174. ^o

Tabela 1: Emissões de CO2 em 2005

Fonte: World Resources Institute, Washington DC.

Basta olhar para a Tabela 1 para ver as dificuldades em chegar a um acordo em matéria de mitigação. No Protocolo de Quioto ficou definido, em termos práticos, o *princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas*, de acordo com o qual os países que mais cedo iniciaram o seu processo de industrialização (lançando em primeiro lugar dióxido de carbono e outros GEE para a atmosfera) seriam aqueles a ter obrigações quantificadas de mitigação (no período de cumprimento que termina em Dezembro de 2012). Contudo, muitas questões estão sobre a mesa: como compensar o passivo histórico das emissões? Como incluir o comércio mundial na contabilidade das emissões, quando sabemos que, por exemplo, uma parte significativa do que a China emite se prende com a satisfação da procura de consumidores ocidentais? Como equilibrar as emissões totais de cada país com o indicador mais fino que são as emissões *per capita*? Como contabilizar correctamente outras fontes mais difusas, como as que resultam da desflorestação, ou da agricultura (em particular, para o metano)³?

³ Um interessante contributo do Conselho Federal Alemão para a Mudança Global pode ser encontrado no seguinte endereço electrónico: http://www.wbgu.de/wbgu_sn2009_en.pdf

§4. A liderança política da União Europeia. Ao longo da última década a União Europeia tem estado na liderança do combate às alterações climáticas. Dos grandes emissores, só a União Europeia, para além de cumprir (e talvez ultrapassar) as metas de Quioto, apresenta uma estratégia ambiciosa de redução para 2020, e mesmo para 2050. Mas isso não é suficiente. Por duas razões: a) sem os EUA e a China nenhuma mudança significativa ocorrerá, pois o seu peso bruto em emissões é esmagador; b) a UE tem capacidade para metas ainda mais ambiciosas, tanto na mitigação como no apoio aos países menos desenvolvidos. Pode e deve ir mais longe, alargando a sua influência política no mundo, aumentando, simultaneamente, a resiliência, competitividade e sustentabilidade da economia e do mercado europeus.

A UE teve o grande mérito de, partindo das melhores informações científicas disponíveis, tomar a decisão política, que hoje é quase consensual, de visar como tecto máximo para a concentração global dos GEE a meta de 450 ppmv de CO₂ equivalente (inclui os outros GEE). Isso equivalerá a uma subida da temperatura média global de 2.ºC. O leitor tem razão em considerar que isso é bastante perigoso. Muitos cidadãos e membros da comunidade científica, como James Hansen, pretendiam estabilizar em 350 CO₂. Mas esse nível já foi ultrapassado! Para Copenhaga o que se pretendia era a meta de 450 CO₂ equivalente, a qual implica um grau de ambição que muitos consideram irrealista...

O objectivo de Copenhaga seria o de encontrar um novo regime climático mundial, que impedisse rupturas e vazios quando o Protocolo de Quioto terminar em 31 de Dezembro de 2012. Esse objectivo desdobra-se em muitos outros de natureza sectorial: metas e calendário de redução das emissões (mitigação); uso de mecanismos de mercado (o comércio de emissões, por exemplo); a transferência de tecnologia e de recursos financeiros para os países emergentes e menos desenvolvidos (para que as suas emissões aumentem menos do que o estimado); criação de estratégias sectoriais globais de redução das emissões (cimento, papel, siderurgia, etc.); apoio à adaptação; estímulo ao combate à desflorestação, promovendo a gestão sustentável das florestas.

Olhando para o estado presente das negociações não seria realista esperar que existisse um pacote completo de soluções já em Copenhaga. A razão principal reside no facto de os EUA não

terem ainda uma estratégia robusta e suportada em leis do Congresso, que lhe possa conferir credibilidade. O Presidente Obama trava hoje duas batalhas no Senado, uma pela lei da Saúde, e outras pela lei da Energia e do Clima. São duas batalhas que, de certo modo, se atropelam. Como se viu, a prioridade dada à Saúde impediu Obama de chegar a Copenhaga com uma visão clara para tudo o que está em causa. A boa vontade precisa de compromissos concretos, que ainda não existem.

Os EUA deixaram de liderar, há muito, a luta contra as alterações climáticas. Enquanto a Europa baixou as suas emissões, desde 1990, os EUA aumentaram as suas em cerca de 15% (2007). Contudo, sem o compromisso dos EUA não haverá acordo. A China olha para a UE com simpatia, mas só dará passos significativos se Washington estiver de alma e coração no novo regime. Depois do insucesso de devemos apostar em 2010 para obter um bom acordo, com regras e objectivos claros, do que abraçar um acordo envenenado em Copenhaga. O relógio do perigo climático não pára, mas para merecer o futuro teremos de reinventar, em conjunto, a habitação humana da Terra. Ninguém deverá fazer a viagem à boleia do esforço alheio.

§5. As tarefas da União Europeia para 2010. O que falhou em Copenhaga foi, também, um uso inadequado do «software» da diplomacia internacional. Muitos dirigentes de países emergentes, dominados como estão pelo dinamismo das suas economias e pelos sonhos de grandeza a ele associados, esqueceram-se que um tratado sobre o clima não pode ser obtido sob o modelo de uma negociação de tipo soma-zero, em que os ganhos de um dos parceiros implicam perdas correspondentes dos seus interlocutores. Com efeito, ao olharmos para o curioso grupo de países que se juntaram em volta do Presidente Obama, para desenhar a moção final de 3 páginas, ficamos com a impressão de que, por um momento, os dirigentes do Brasil, da China, da Índia e da África do Sul ficaram encadeados com a efémera glória simbólica de partilharem o palco com o mediático líder da maior potência mundial, esquecendo-se de que, dois anos depois de Bali (2007), Copenhaga deixou a tarefa do novo regime climático num ponto de incompletude e profunda incerteza. O que precisamos para gizar um acordo climático é de uma diplomacia baseada no princípio da *cooperação compulsiva*. Se queremos preservar a atmosfera comum não podemos fazer batota com as leis da física. Podemos

tentar enganar os outros parceiros, mas acabaremos também por pagar, com juros, o resultado do nosso logro.

Ao longo de 2010 iremos conhecer vários sinais que nos poderão ajudar a medir o grau de viabilidade de um acordo vinculativo no México (na COP 16), em Dezembro próximo. Até ao final de Janeiro de 2010 tanto os países desenvolvidos como os países emergentes apresentarão ao Secretariado da Convenção do Clima (UNFCCC), localizado em Bona, respectivamente, as suas metas de redução absoluta das emissões até 2020, ou as suas medidas tendentes a diminuir o aumento esperado das suas emissões. No primeiro semestre de 2010 teremos, provavelmente, uma votação favorável do Senado Americano sobre a Lei Federal de Energia e Clima, que tornará possível uma decisão final do Congresso dos EUA sobre as metas de redução, que darão a Barack Obama um mandato claro para prosseguir a diplomacia climática de Washington. Em Junho, teremos, em Bona, uma importante reunião preparatória da COP 16.

§6. Vencer a crise evitando o colapso. Contudo, o sucesso dependerá em muito de um factor imaterial, que só a União Europeia estará em condições de levar a cabo. E isso implica mudar o ângulo de abordagem sobre as alterações climáticas, da perspectiva defensiva e pessimista, para uma perspectiva de desafio que, apesar da sua enorme gravidade, pode ser vencido, com vantagens para toda a comunidade internacional, sobretudo no médio e longo prazos. A liderança europeia em matéria climática, que ficou expressa em Copenhaga pelo simples facto de as mais recuadas propostas da UE estarem muito à frente das mais avançadas dos outros grandes protagonistas (com excepção do Japão), só foi possível porque a discussão climática dentro dos 27 tem vindo a transitar do perigo para a esperança. E só a esperança alimenta as almas nas horas de crise e coragem.

Ao longo de 2010, o Presidente da Comissão Europeia e a sua equipa de negociadores terão de regressar ao périplo das grandes capitais, de Nova Deli a Pequim, de Brasília a Washington, recordando que o combate às alterações climáticas é também o combate para romper os factores estruturalmente patológicos da nossa economia que, a não serem debelados, minarão fatalmente os sonhos de prosperidade, tanto dos ricos, que deixarão de o ser, como dos que, saindo agora da pobreza, a ela regressão, inevitavelmente.

O combate às alterações climáticas exige um regime internacional a ser desenhado por políticos e diplomatas, mas será a economia, os mercados, a quantidade e a qualidade dos investimentos, que ditarão se ultrapassaremos, ou não, a perigosa barreira de 2 graus centígrados, ao mesmo tempo que revelarão, pela prova do fogo da realidade, se teremos engenho e capacidade para transitarmos do predomínio de combustíveis finitos, sejam eles o crude ou o urânio, para fontes renováveis e infinitas de energia, como o sol, o vento, a energia das ondas, a geotermia, entre outras. Só na União Europeia, até 2030, metade das centrais de produção de energia eléctrica vão ter de ser substituídas. Isso significa investimentos de mais de 2 biliões de dólares (nove vezes o PIB português de 2007). A nível global, a Agência Internacional de Energia estima em quase 10,5 biliões de dólares (cerca de 50 vezes o PIB português de 2007) o investimento global no sector energético para ficarmos na zona segura dos 2 graus.

É essa narrativa, política, económica, mas também ética e cultural, que os Europeus podem e dever partilhar com todos os outros parceiros. A UE não deve ocultar a necessidade de transportar para o novo regime climático os instrumentos e princípios que foram a base do Protocolo de Quioto, garantindo aos países menos desenvolvidos que o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas será escrupulosamente mantido, e que as Nações Unidas serão a casa comum para todas as acções e iniciativas dos seus Estados membros.

Sem acordo climático teremos, com probabilidade muito forte, uma espécie de retorno do recalcado, com uma estagnação do investimento inovador, um aumento da parcela do carvão (o mais poluente de todos os combustíveis fósseis) na energia primária global, e a entrada numa era incerta de protecção que quebrará os fluxos do comércio mundial e porá em perigo a própria globalização em todos os seus domínios. Pelo contrário, um acordo climático, permitirá abrir o caminho para uma globalização mais regulada, para a ampliação da intensidade e da escala da investigação e desenvolvimento, aumentando a internacionalização da inteligência, das empresas, e a multiplicação do emprego em sectores sustentáveis, permitindo, também, uma maior autonomia energéticas das diferentes regiões do mundo.

É essa história de um futuro possível, nascido da vitória sobre a crise ambiental e climática, que deverá ser contada nos próximos meses, em todos os lugares, até à exaustão, se quisermos ter direito a ele. O Acordo climático vinculativo, a ser assinado no México em Dezembro de 2010, abrirá caminho para que na próxima década saibamos encontrar dentro de nós próprios as melhores forças morais da condição humana, se quisermos sobreviver como civilização. A história colocou nas mãos da geração que hoje detém as alavancas do poder, a todos os níveis, a enorme responsabilidade de abrir o futuro e salvar a memória cultural da gesta humana. Cometer erros é abrir a porta aos Cavaleiros do Apocalipse. Não se trata de um exagero retórico, Trata-se apenas de uma pobre imagem para descrever o colapso horrendo que pode engolir 7 ou 8 mil milhões de seres humanos, perseguidos pelo pânico, pela escassez de energia e alimentos, e pela desesperança, se falharmos na guerra pelo ambiente e pela sustentabilidade global.

Viriato Soromenho-Marques

